

A OAB E OS JUIZADOS DE PEQUENAS CAUSAS

LUIS FELIPE SALOMÃO*
Juiz de Direito no Rio de Janeiro

Algo em torno de 80% da nossa população é considerada carente, na acepção social e jurídica do termo, já que não pode pagar as custas, honorários de advogado e despesas de um processo sem prejuízo do sustento próprio ou da família. E mesmo aqueles que reúnem condições para tais vastos são afastados do Judiciário por variados motivos (*v.g.* tempo longo para solução da demanda).

Garantia maior da cidadania, um dos fundamentos do Estado Democrático (artigo 1º, inciso II, da Constituição Federal), é o acesso ao Judiciário – por sua vez, um dos mais importantes direitos fundamentais elencados na Constituição (artigo 5º, incisos XXXV e LXXIV).

A partir da Lei 7244/84, sensível ao grave problema da falta de acesso à Justiça por grande camada social, o legislador criou os Juizados de Pequenas causas, objetivando o processo e julgamento de causas cíveis de reduzido valor econômico.

A experiência frutificou e vários Juizados de Pequenas Causas foram instalados, espalhando-se por todo o Brasil, contagiando a todos que têm a oportunidade de neles trabalhar e verificar a presteza e o sucesso nas soluções dos litígios. Verificando as estatísticas do Juizado de Pequenas Causas da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, constata-se que somente de janeiro a março/94 foram ajuizadas cerca de 995 demandas, e, menos de três meses depois (junho/94), 774 das causas haviam terminado, por acordo ou por decisão judicial definitiva. E vale frisar um ponto muito importante, além da rapidez da prestação jurisdicional: as soluções ocorreram sem nenhum gasto para as partes.

Bem por isso, aliás, na esteira de tais resultados sempre estimulantes alcançados pelos Juizados de Pequenas Causas, o legislador Constituinte houve por bem obrigar os Estados a criarem Juizados Especiais para julgamento e execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo (artº 98 I, C.F.)

A lei especial 7244/84, anterior, teve, por isso, nítida inspiração de facilitar o acesso a Justiça nas causas que menciona, em cumprimento a preceitos constitucionais (repetidos no art 5º incisos XXXIV e XXXV da C.F./88 porque já previstos na Constituição antecedente), por isso que outra lei, que regula matéria diversa (Estatuto da Advocacia e OAB), não poderia alterá-la – pena de arranhar a Constituição.

Até porque

... a disposição especial (de uma lei) não revoga a geral (de outra), nem a geral revoga a especial, se não quando a ela, ou ao seu assunto, se referir, alterando-a. Em consequência, a lei nova que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior. E a aplicação do artº 4º da antiga Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro e o artº 2º, 2º, da Lei atual, que reciprocamente se completam (Vicente Rao in "O Direito e a Vida dos Direitos", Ed. RT, Vol. 01, 3ª edição, pág. 303).

Mas não é só. A Lei 7244/84 visa, portanto, à criação dos Juizados de Pequenas Causas para facilitar o acesso à Justiça, permitindo o julgamento de demandas de reduzido valor econômico (art. 1º), estas consideradas as que versarem sobre direitos patrimoniais não excedentes do limite de 20 salários mínimos à data da propositura da ação (artº 3º). Como poderia a nova lei exigir a contratação de advogados para postulação em tais Juizados, se os honorários mínimos (fixados por tabela da classe) do profissional quase que alcançam o teto máximo legal. Para que, então, ir a Juízo?

Além do mais, o novel Estatuto da Advocacia e da OAB (– Lei 8906/94) estabelece que é função privativa de advocacia a postulação junto aos Juizados Especiais (artº 1º, inciso 1º). Juizados Especiais, a toda evidência, são aqueles do art. 98-I da Constituição Federal, que, por ser norma suprema e prevalente, retirou a denominação "especial" daqueles Juizados regulados pela Lei 7244/84.

Referindo-se, pois, expressamente aos Juizados Especiais, deve-se interpretar que a lei 8906/94 quis excluir de seu âmbito os Juizados de Pequenas Causas da Lei 7244/84.

Vários pronunciamentos já existem, quer no sentido da inconstitucionalidade do dispositivo enfocado (Comunicado nº 70/94 da E. Corregedoria Geral de São Paulo, publicado no D.O.E-SP de 27.07.94), quer no sentido da inaplicabilidade do art. 1º inciso 1º da Lei 8906/94 às hipóteses pertinentes aos Juizados de Pequenas Causas (confira-se excelente artigo de Nagib Slaibi Filho publicado no "Jornal do Commercio" do dia 05.08.94).

O filósofo Platão declarou "que a justiça nada mais é do que a conveniência do mais forte". A sociedade, ao longo dos tempos, vem tentando demonstrar o desacerto da proposição (quase um vaticínio ...), procurando descobrir fórmulas de modo a possibilitar a todos – fortes e fracos, pobres e ricos – que obtenham o mais rápido e de forma mais eficaz, possível o reconhecimento de seus direitos estabelecidos nas diversas leis dos variados países. A sociedade moderna, especialmente nos países desenvolvidos (vide as "Small Claims Courts" nos EUA), incentiva cada vez mais os juizados de Pequenas Causas, sem custos e sem a necessidade de assistência de advogado, como maneira para diminuir as barreiras do acesso à Justiça. Será que, mais uma vez trilharemos o caminho inverso dos fatos históricos?

A resposta depende de como será aplicada a nova lei.